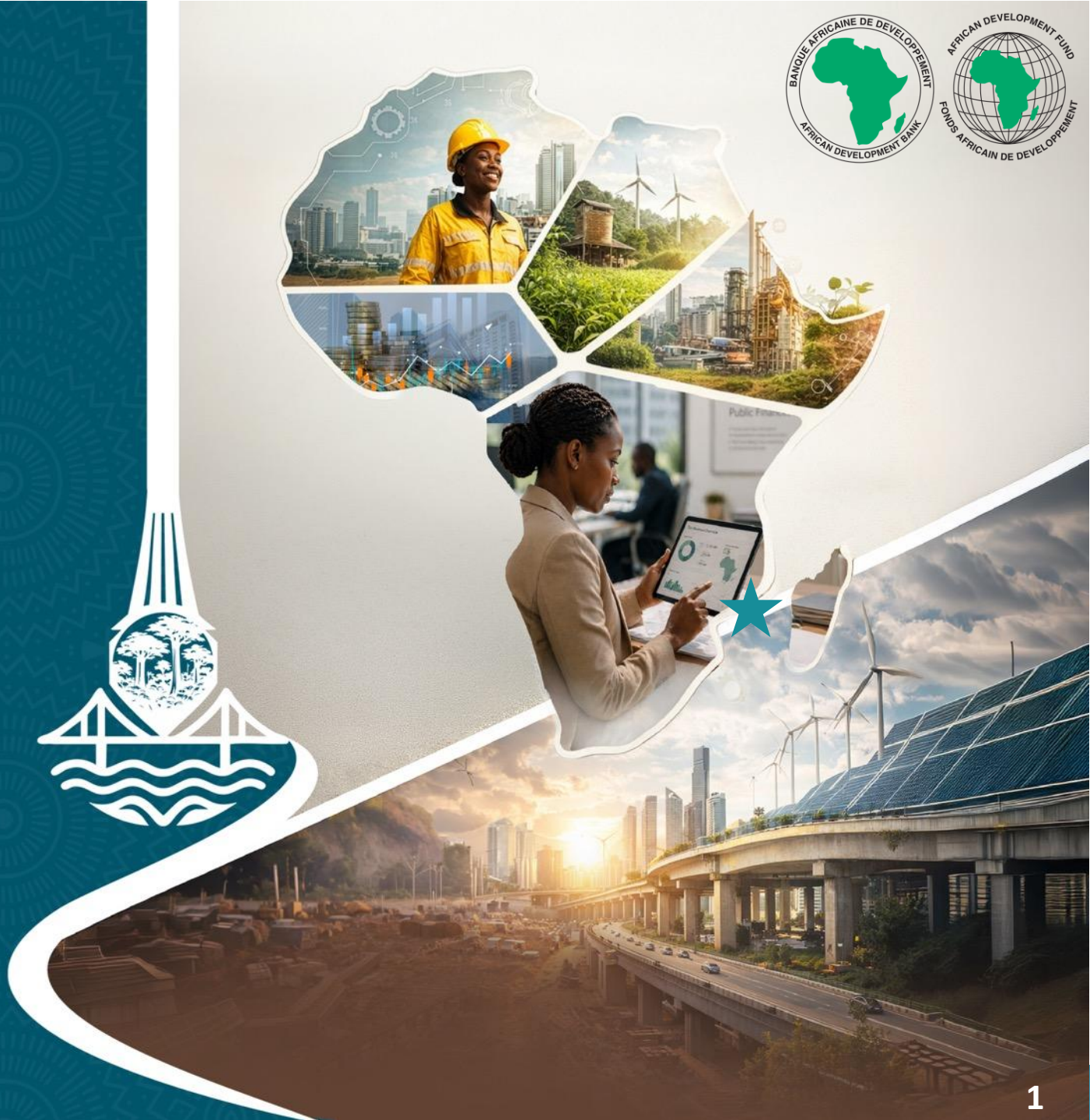
RELATÓRIO COM FOCO NO PAÍS 2026

Moçambique

Mobilizar o financiamento em grande escala para o desenvolvimento de Moçambique num Mundo Fragmentado

Flávio SOARES DA GAMA
Economista Principal
Maputo, 18 de Novembro de 2026



ÍNDICE



CAPÍTULO 1

Desempenho e Perspetivas Económicas



CAPÍTULO 2

Mobilização de Financiamento em Grande Escala para o Desenvolvimento de Moçambique num Mundo Fragmentado



CAPÍTULO 3

Fortalecimento e Consolidação do Sistema Financeiro e da Capacidade de Actuação de Moçambique num Mundo Fragmentado



CAPÍTULO 1

Desempenho e Perspectivas Económicas



3

Desempenho Macroeconómico 2025

Figura 1: Indicadores Macroeconómicos Seleccionados, 2025



Desenvolvimento Macroeconómico Recente

Choques Comerciais: conflito no Médio Oriente aumentou a pressão sobre a liquidez em divisas devido ao aumento dos custos de importação de combustíveis. O PIB cresceu em 1.7% e exportações em 5.7% no 2.º trimestre de 2026.

Desenvolvimento Sectorial: electricidade, gás e água (-24,6% do PIB), comércio a grosso (-8,8%), Industria transformadora (-3,6% do PIB), transporte e armazenagem (-7,1% do PIB), foram os mais afectados.

Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD): País de baixo rendimento e tendo a APD líquida recebida em 2023 atingido 2,9 mil milhões de USD (4 mil milhões em 2002). IDE situou-se em 5,6 mil milhões de USD em 2025. Espaço orçamental sob pressão.

Emergência Económica: conflito no Médio Oriente e os desastres naturais constituem choques determinantes - agravando os preços das mercadorias, e a insegurança alimentar.

Finanças Públicas: défice fiscal reduziu-se para 3.7% do PIB em 2025, face a 6.2% em 2024, mas prevê-se que aumente para 6.0% em 2026. A dívida pública aumentou de 71.6% do PIB em 2024 para 74.7% do PIB em 2025.

Figura 2: Produto por Trabalhador e Rácio da Dívida do Governo em Percentagem ao PIB

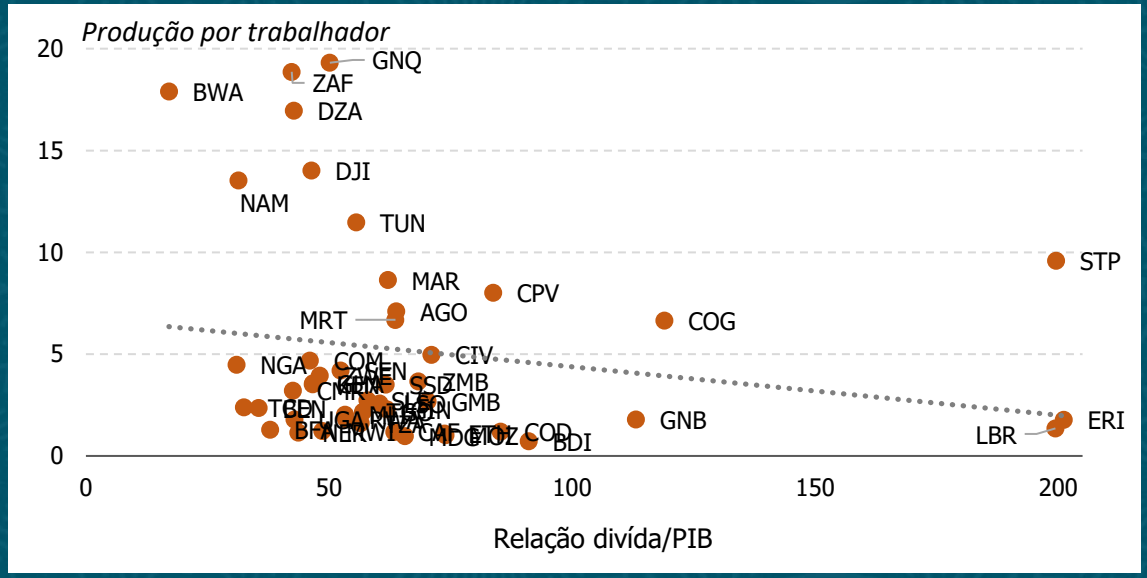
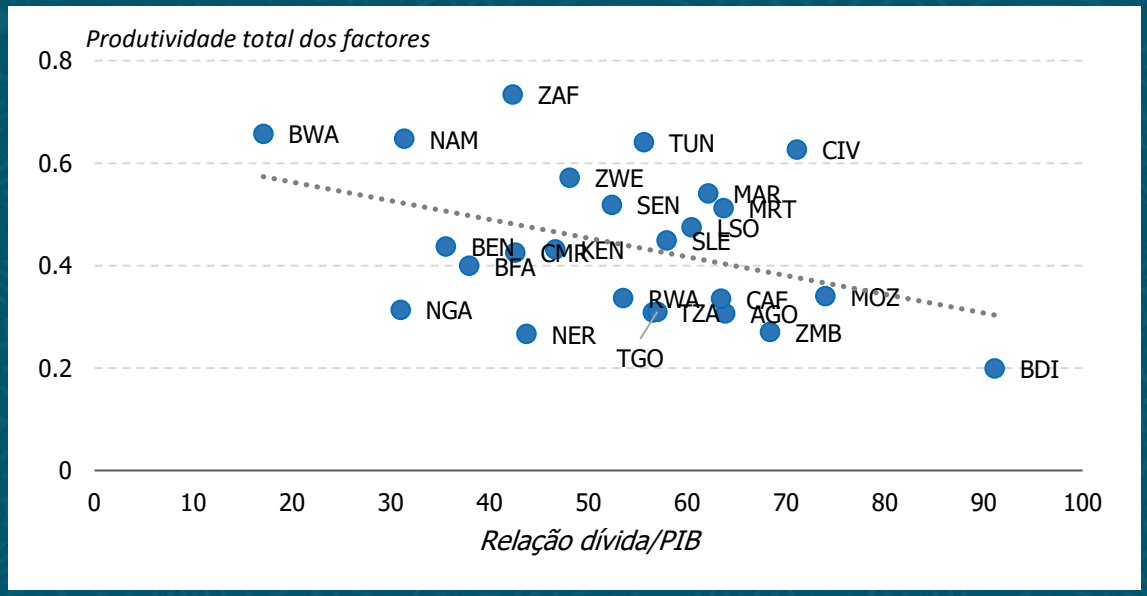


Figura 3: Produtividade Total dos Factores e Rácio da Dívida do Governo em Percentagem ao PIB



Comparação entre Países: Rácio da Dívida do Governo em percentagem ao PIB e Indicadores de Produtividade

A A dívida pública está **negativamente correlacionada** com a produção por trabalhador e com a produtividade total dos fatores (PTF).

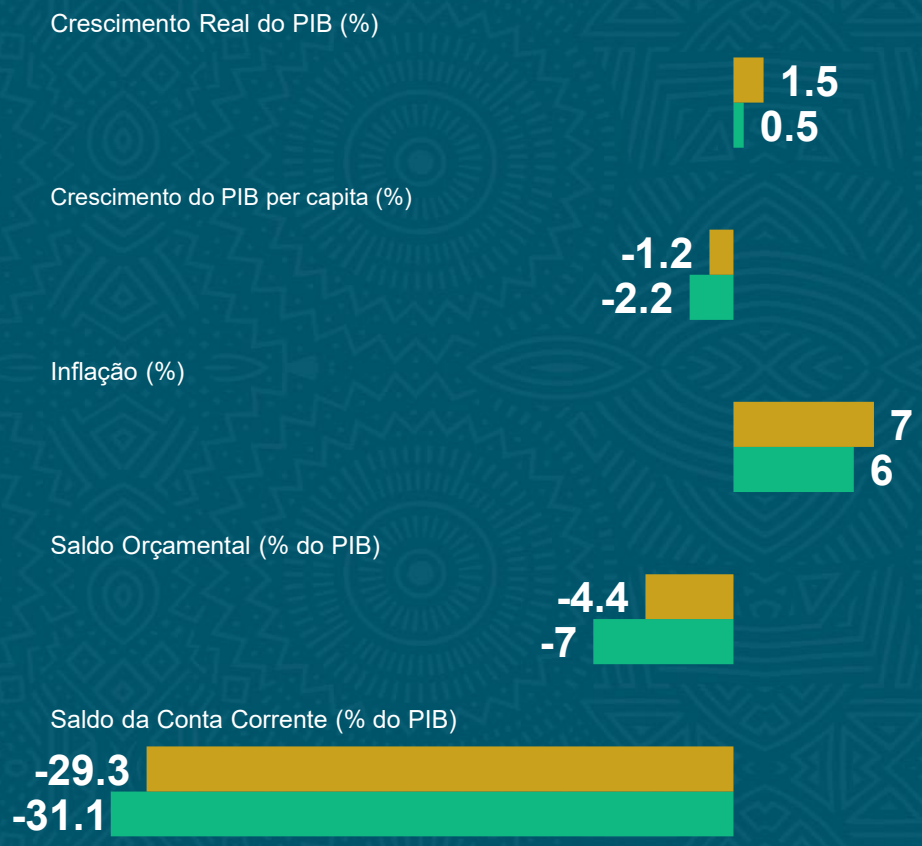
B Países com **maior dívida pública** registam níveis mais baixos de produtividade económica.

C Em média, um aumento **de 1 %** da dívida pública pode conduzir a **uma** diminuição de **4,9 %** da produtividade do trabalho e a uma diminuição da PTF.

Em Moçambique-produção por trabalhador com uma correlação negativa. Em 2025, um rácio da dívida de 74.7% do PIB resultou numa produçaõ por trabalhador de apenas 1,042.

Perspectivas Macroeconómicas 2026-2027

Figura 4: Indicadores Macroeconómicos Seleccionados para 2026 e 2027



Principais Riscos

Riscos Comerciais: elevada concentração das exportações - carvão, GNL, alumínio, etc. Choques num único produto pode afectar significativamente as receitas de exportação, as receitas fiscais e a disponibilidade de divisas.

Riscos Sectoriais: concorrência global intensa proveniente de outros produtores de gás e de fontes alternativas de energia.

Riscos Externos: tensões geopolíticas - Estreito de Ormuz - com impacto na inflação, na energia e nas cadeias de abastecimento.

Riscos Regionais: crescimento económico lento nos principais parceiros comerciais - por exemplo, a África do Sul (1.1%) em 2025.

Riscos de Financiamento: forte dependência da ajuda externa para colmatar défices. Os conflitos globais e a fragmentação geopolítica poderão afectar os fluxos de IDE/APD.

Riscos Sociais: choques climáticos, desemprego de jovem, conflitos e deslocação forçada de populações.

Recomendações de Política

CURTO PRAZO

- Orientar a política fiscal para concentrar-se na manutenção da disciplina fiscal e da sustentabilidade da dívida.
- Reforçar a gestão estratégica da política monetária e cambial.
- Promover a diversificação económica, a transição para actividades de maior valor acrescentado, a digitalização e o reforço das reservas cambiais.

MÉDIO PRAZO

- Aprofundar as reformas estruturais e a consolidação fiscal.
- Estimular e expandir a produção nacional, investindo em infra-estruturas produtivas e na modernização.

LONGO PRAZO

- Investir na acumulação de capital físico e humano e em infra-estruturas, para impulsionar a transformação estrutural, a diversificação económica e a criação de emprego.
- Salvaguardar a sustentabilidade fiscal através da gestão da dívida e dos riscos fiscais.



CAPÍTULO 2

Mobilização de Financiamento em Grande Escala para o Desenvolvimento de Moçambique num Mundo Fragmentado



Necessidades de Financiamento, Receita Interna e Reforma Fiscal, 2025

11 MM USD

Défice mínimo anual de financiamento ao Desenvolvimento

24%

Receita total % do PIB

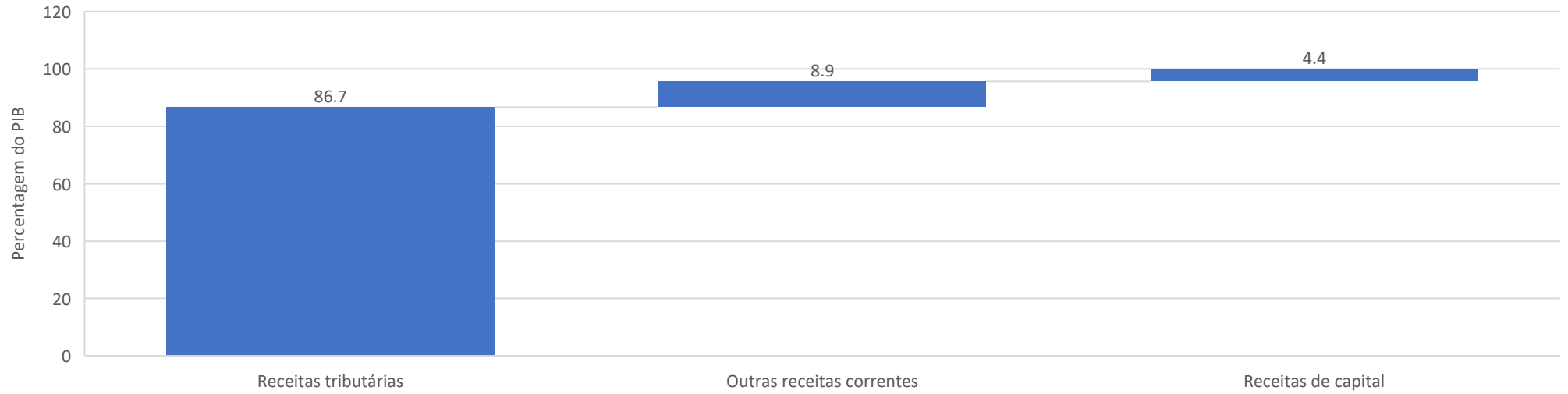
20,8%

Receita fiscal interna % do PIB

95%

Força de trabalho na economia informal

Figura 5: Estrutura da Receita (% do PIB)



Trajectória de reforma da receita: Curto prazo: expandir os sistemas electrónicos de declarações para conter a evasão ao IVA**. Médio prazo:** alargar a base tributária mediante a formalização do sector informal. **Longo prazo:** consolidar a confiança dos contribuintes com vista ao cumprimento voluntário.

Elasticidade da Receita Fiscal: Análise Global e Sectorial

Figura 6: Elasticidade da Receita Fiscal face ao PIB

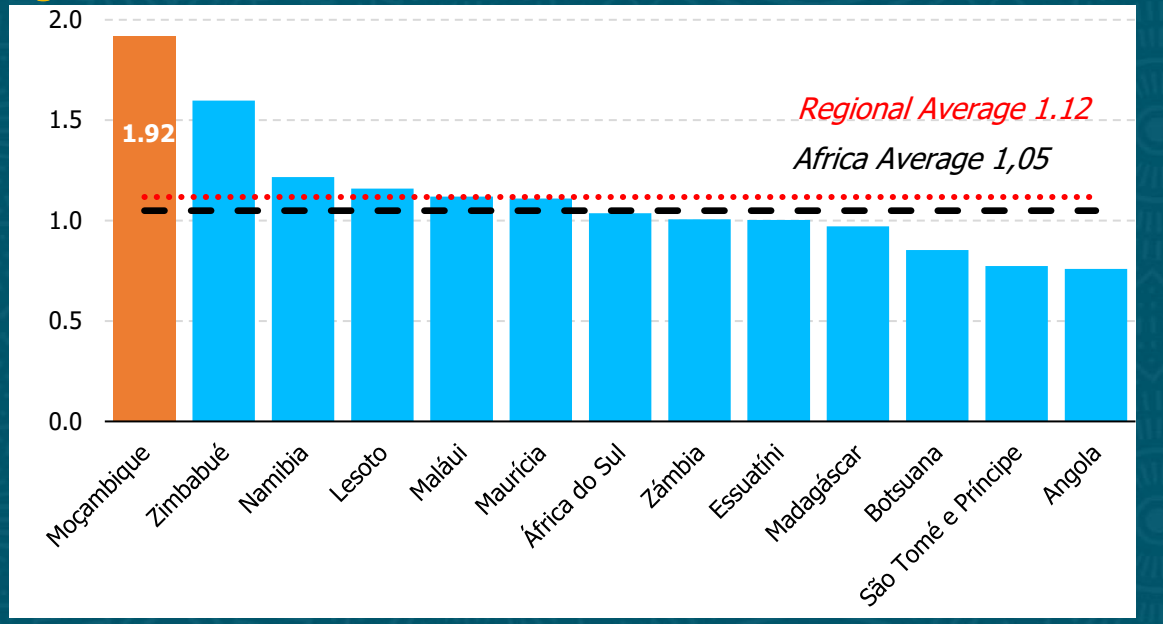


Figura 7: Elasticidade Sectorial da Receita Fiscal face ao PIB



Elasticidade da Receita Fiscal face ao PIB:
A elasticidade da receita fiscal de Moçambique situa-se acima da média regional de 1.12.

Elasticidade Sectorial da Receita Fiscal face ao PIB:
Os resultados da análise sectorial revelam um fraco alinhamento entre o desempenho fiscal e a actividade económica.

Gestão das Finanças Públicas: registaram-se progressos significativos ao longo dos anos - por exemplo, o e-SISTAFE, a Estratégia de GFP (2026-2035), IVA para bens e serviços, fortalecimento do controlo das isenções, e a divulgação da informação orçamental, a Estratégia da Dívida Pública (2025-2029) etc. Subsistem, porém, **desafios**: (i) pontuação de 49 pontos, abaixo da média regional (54.6), no Índice Mo Ibrahim de Governação de 2024; (ii) pontuação de apenas (25/100) no Índice de Percepção da Corrupção da Transparência Internacional de 2024.

Quadro das PPP: existe um quadro legal adequado para atrair capital privado. Contudo, as Parcerias Público-Privadas (PPP) continuam a ser tratadas, em larga medida, como uma modalidade da contratação pública e não como um regime jurídico autónomo.

Mobilização de Capital Interno: os activos das seguradoras (4.9% do PIB) e dos fundos de pensões (1.18% do PIB), bolsa de valores constituem fontes potenciais de mobilização de capital. Impõe-se, todavia, uma regulação mais robusta, mercados de capitais mais profundos, melhor preparação de projectos e padrões de governação reforçados.

Financiamento da Diáspora: as remessas aumentaram de 102.7 milhões de USD em 2022 para 240.8 milhões de USD em 2023, o que representa um crescimento de 134%.

Capital Natural, Capital Privado Global e Financiamento da Diáspora

Capital Natural e Valorização de Recursos: o capital natural foi estimado em 209 mil milhões de USD em 2020, face a 61.9 mil milhões de USD em 1995, impulsionado pela terra agrícola. O capital natural não renovável atingiu 21.5 mil milhões de USD em 2020, face a 1.3 mil milhões de USD.

Desenvolvimento de Cadeias de Valor: existem oportunidades na agricultura (por exemplo, processamento agro-industrial de castanha de caju e soja); no gás natural (por exemplo, gás para electricidade, fertilizantes e petroquímica); e nas pescas e economia azul (processamento de pescado).

Energias Renováveis e Financiamento Verde: potencial hidroeléctrico significativo; potencial solar e eólico; o gás natural como combustível estratégico de transição. Exportação de energia para a região - *Southern African Power Pool* - Grupo de Energia da África Austral (SAPP).

Mobilização de Capital Privado e de IDE: o IDE atingiu 5.6 mil milhões de USD (PIB) em 2025, valor superior a 3.5 mil milhões de USD em 2024. O fortalecimento do quadro legal, regulatório e dos mecanismos de preparação de projectos permanece essencial.

9,117 GWh

Produção bruta de energia

1,2% do PIB

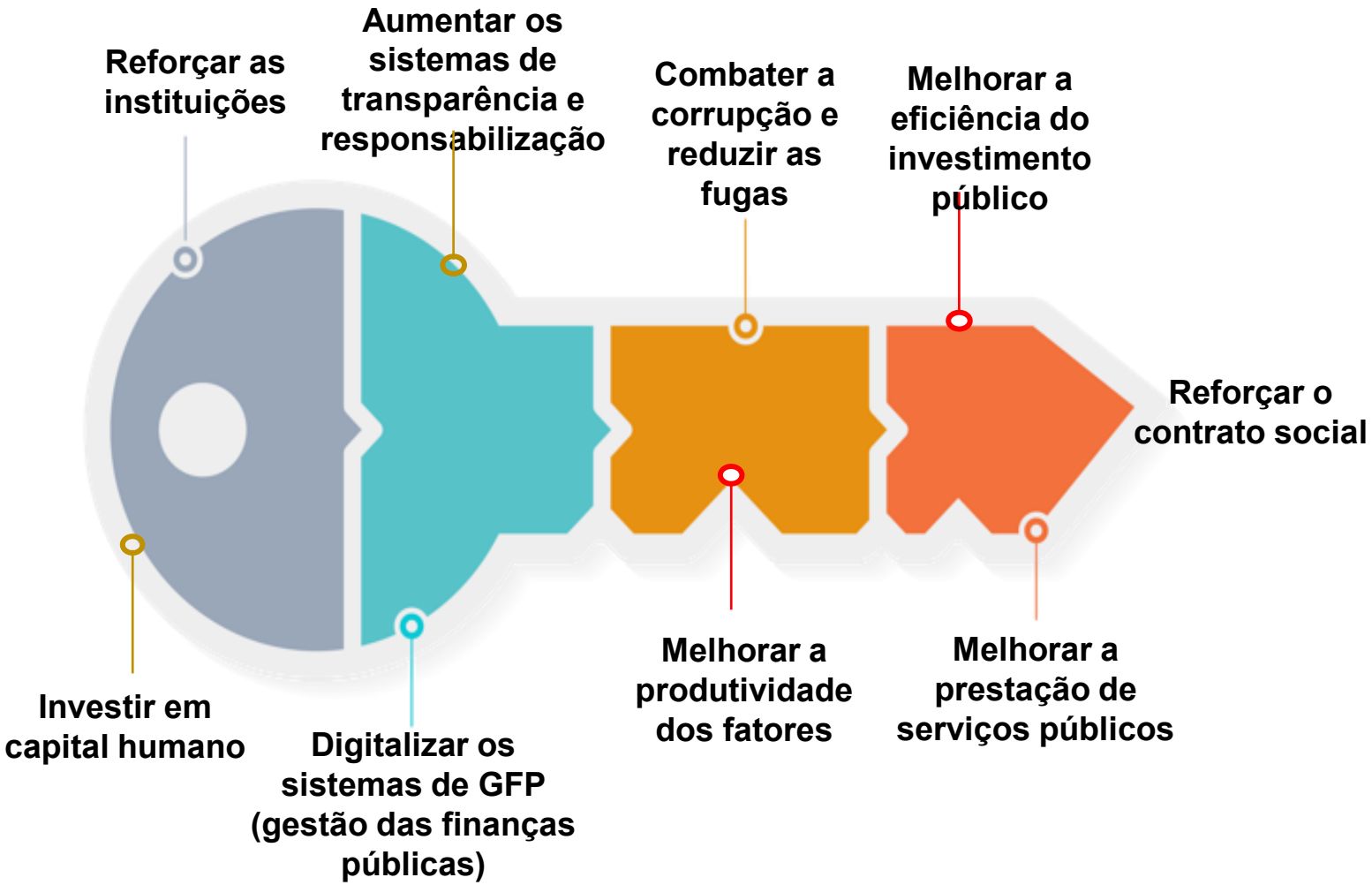
Remessas dos emigrantes

25% do PIB

Influxo líquido de IDE - 2025

A concretização do potencial de mobilização de receitas internas exige ações decisivas:

Principais factores impulsionadores



Resultados

- Redução da carga fiscal implícita
- Maior cumprimento voluntário das obrigações fiscais
- Redução do desemprego, das desigualdades e da pobreza
- Impulsiona a transformação estrutural
- Reforçar a estabilidade económica e a capacidade de resiliência
- Maior agência financeira e soberania

Recomendações de Política

CURTO PRAZO

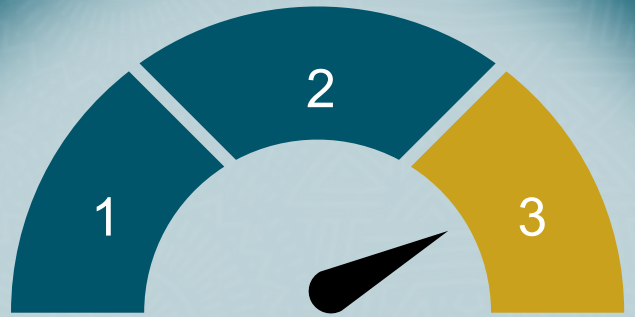
- Avançar na consolidação fiscal mediante a melhoria da eficiência da despesa pública.
- Reforçar as reformas da administração tributária através da digitalização e de auditorias mais robustas.
- Apoiar a transição para a formalização económica através de regimes fiscais adaptados e incentivos apropriados.

MÉDIO PRAZO

- Utilizar instrumentos de mitigação de risco, tais como garantias, financiamento concessional e estruturas de co-investimento.
- Estabelecer uma carteira robusta de projectos, alinhada com as estratégias nacionais de desenvolvimento.
- Tirar partido da Estratégia Nacional de Inclusão Financeira (2025-2031) para alargar a inclusão financeira digital.

LONGO PRAZO

- Atrair capital privado e IDE para sectores com potencial de elevado valor acrescentado, promovendo o conteúdo local.
- Reforçar o investimento no sector das energias renováveis.
- Integrar o capital natural nos instrumentos nacionais de planificação, contribuindo para melhorar a avaliação do risco soberano.



CAPÍTULO 3

Fortalecimento e Consolidação do Sistema Financeiro e da Capacidade de Actuação de Moçambique num Mundo Fragmentado



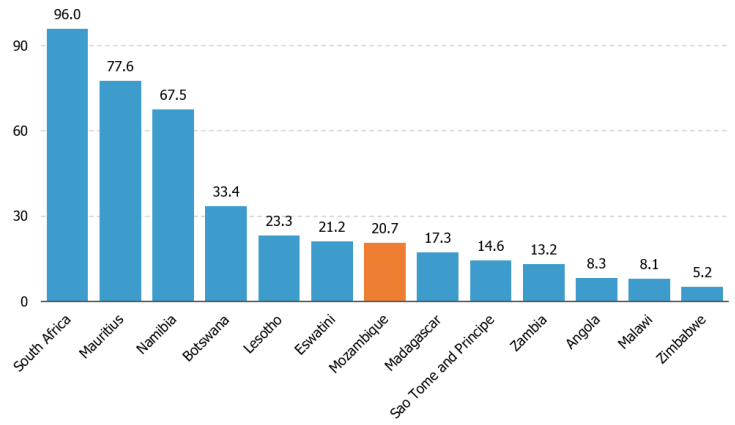
15

Sistema Financeiro: Estrutura, Profundidade e Inclusão

70%

dos activos bancários são controlados
pelos bancos comerciais, companhias de seguro, fundo de pensões

Figura 8: Crédito ao Sector Privado (% do PIB), 2015-2024



Reservas Robustas de Capital e de Liquidez

Rácio de Adequação de Capital de 28%, significativamente acima do mínimo regulamentar de 12%.Rácio crédito/depósitos entre 37% - 40%. O rácio de cobertura de liquidez de curto prazo situou-se em 60.5% (exigência de 25%).

Oportunidade da Moeda Móvel

55% da população tinha acesso a telefonia móvel em 2025. Os dados móveis custam **5.75% do RNB per capita em Moçambique,** face a uma **média africana** de 8% em 2025.

Mercados de Capitais Incipientes

Bolsa de Valores - 16 sociedades cotadas, com uma capitalização bolsista a crescer cerca de 5% ao ano. O sector segurador (4.9% do PIB) constitui uma plataforma sólida para aprofundar a resiliência financeira, designadamente através de produtos de microsseguros e de seguros agrícolas.

Consolidação e Integração Financeira e Reforço da Capacidade de Actuação

Integração Financeira Regional: arquitectura financeira continental coordenada e interoperável, plenamente alinhada com a infra-estrutura financeira nacional, tirando partido das plataformas regionais - SADC e União Africana.

Reforma Regulamentar e Legislativa: fortalecimento do quadro de combate ao branqueamento de capitais e da transparência quanto ao beneficiário efectivo, bem como resposta a concentração do sector bancário.

Arquitectura Institucional e de Governação: utilização do regime dos Bancos nacionais/comerciais de Importância Sistémica para salvaguardar o sector financeiro, mediante uma avaliação sistemática do risco.

Reforço da Capacidade de Actuação Financeira

Fundo Soberano - Fundo para o Futuro

A boa gestão dos recursos do Fundo Soberano representa uma oportunidade sem precedentes para reforçar o financiamento futuro e criar espaço fiscal.

Mandato Macroprudencial do BdM

Salvaguardas macroprudenciais robustas e critérios prudentes de concessão de crédito, sustentados por um sólido crescimento dos proveitos do sector financeiro.

Inclusão Financeira Digital

Assegurar a plena operacionalização da plataforma nacional de compensação e liquidação de pagamentos e de uma infraestrutura de pagamentos em tempo real. Reduzir as taxas de intercâmbio e de transferência para diminuir os custos das transações financeiras.

Defesa da Classificação de Crédito

Privilegiar uma gestão sólida da dívida soberana, com vista a mitigar riscos e a preservar a estabilidade financeira.

Recomendações de Política

CURTO PRAZO

- Ultrapassar os estrangulamentos estruturais e institucionais ao desenvolvimento do sistema financeiro.
- Reforçar o quadro institucional de gestão da dívida interna.
- Aprofundar e integrar os mercados de capitais nacionais e regionais.

MÉDIO PRAZO

- Estabelecer mecanismos claros e acessíveis de transferência de capitais e de investimento da diáspora.
- Promover a concorrência nos serviços de pagamento, reduzindo as comissões de intercâmbio e de transferência e alargando o uso da identificação digital para simplificar a adesão de clientes.
- Reforçar a transparência das empresas públicas através da publicação obrigatória de demonstrações financeiras auditadas, da divulgação de riscos fiscais e da monitorização centralizada do seu desempenho.

LONGO PRAZO

- Implementar estratégias políticas e institucionais que projectem a capacidade de actuação financeira.
- Mobilizar os fundos de pensões, os seguros e o Fundo Soberano para aprofundar a liquidez e a profundidade do mercado.

Obrigado!

AFRICAN DEVELOPMENT BANK GROUP
GROUPE DE LA BANQUE AFRICAINE
DE DÉVELOPPEMENT